



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM Nº 044/2021

Fundão/ES, 22 de outubro de 2021.

Ao Exmo. Sr.

MARSEANDRO AGOSTINI LIMA

Presidente da Câmara Municipal de Fundão/ES

Senhor Presidente,

Submeto a apreciação desta Egrégia Casa de Leis, **EM REGIME DE URGÊNCIA**, o incluso Projeto de Lei que “Institui Programa de Limpeza de Fossas Sépticas ou Similares no Município de Fundão – Programa Fossa Limpa e dá outras providências”.

O programa visa atender a população que utiliza de fossas sépticas ou similares para o lançamento dos dejetos sanitários produzidos em sua residência em razão da ausência da rede de esgoto sanitário onde residem.

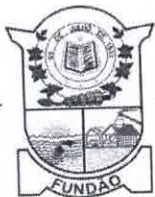
Assim, o enchimento das fossas é uma realidade, sendo obrigatório o esvaziamento das mesmas, o que acarreta mais uma despesa para o, já apertado, orçamento familiar da população fundãoense.

Dessa forma, o referido programa tem por escopo realizar os serviços de auto fossa pelo próprio Município ou por meio de terceiros contratados, em condições mais vantajosas aos usuários, prevendo, ainda, a hipótese de isenção de pagamento para a população em vulnerabilidade social.

Posto isto, o Projeto de Lei em tela é benéfico para todos os usuários desprovidos de esgotamento sanitário em suas residências, mas necessita da colaboração do Poder Executivo para sua efetiva implantação.




Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 36003000320030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Contando com o apoio dessa ilustre Casa Legislativa a presente iniciativa, colho o ensejo para solicitar, na forma do art. 39, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Fundão, sua apreciação, **EM REGIME DE URGÊNCIA**, e renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



GILMAR DE SOUZA BORGES
Prefeito do Município de Fundão/ES





PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI Nº 069/2021

INSTITUI O PROGRAMA DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS OU SIMILARES NO MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Fossa Limpa no Município de Fundão, o qual autoriza a execução de limpeza e esgotamento de fossas sépticas ou similares em propriedades particulares mediante o pagamento de tarifa para compartilhamento de custos de manutenção do serviço.

Parágrafo Único. O programa instituído no “caput” deste artigo visa assegurar o acesso à limpeza de fossas sépticas e similares para os cidadãos que ainda não sejam servidos de rede de esgotamento sanitário em suas residências.

Art. 2º O serviço de limpeza de fossas sépticas ou similares prestado pelo Município de Fundão poderá ser realizado por meio da utilização de caminhão de auto fossa próprio ou alugado, neste caso, mediante a realização de procedimento licitatório.

Art. 3º O serviço de limpeza de fossa séptica ou similares será realizado mediante o pagamento prévio de tarifa estabelecido em tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo Único. Os valores referenciados no “caput” deste artigo serão fixados por meio de ato do Chefe do Poder Executivo e será reajustado anualmente com base no Valor de Referência do Tesouro Estadual - VRTE - ou outro índice de referência que vier a ser adotado pelo Município.

Art. 4º O cidadão em situação de vulnerabilidade social, para ficar isento da tarifa descrita no “caput” do artigo 3º, deverá preencher os seguintes requisitos:

I – Possuir renda familiar não superior a 2 (dois) salários mínimos mensais ou renda per capita inferior a meio salário mínimo, a qual deverá ser comprovado mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, Guia de Recolhimento para a Previdência Social ou outro documento equivalente;





PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II – Estar inscrito no cadastro único do governo Federal (CADÚNICO) ou ser beneficiário (a) de programa social para famílias de baixa renda, bem como apresentar folha de resumos do Cadastro Único atualizado nos últimos seis (06) meses;

III- O requerente que não estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais deverá apresentar:

- a) Documento oficial com foto;
- b) Comprovante de renda de todos os membros da família;
- c) Comprovante de residência.

Parágrafo Único. Os requisitos acima poderão ser substituídos por laudo técnico de vulnerabilidade social expedido pela assistência social do Município de Fundão.

Art. 5º Para execução do serviço, o interessado deverá realizar requerimento por escrito junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Sustentável, acompanhado dos seguintes documentos:

- I- Cópia de documento oficial com foto, CPF e comprovante de residência;
- II- Cópia do comprovante de pagamento da tarifa, a qual deve ser recolhida antecipadamente;
- III- Certidão negativa de débitos municipais;

Parágrafo Único: Fica dispensado a apresentação do documento constante do inciso II, no caso do requerente enquadrar-se na isenção prevista no art. 4º desta Lei, devendo ser anexado ao requerimento a documentação que comprove os requisitos para a isenção previstos naquele artigo.

Art. 6º O pagamento da tarifa estabelecida em tabela será efetuado mediante guia de arrecadação estabelecido pela Secretaria Municipal de Finanças, e o respectivo comprovante será indispensável na formalização do pedido.

Parágrafo Único: A arrecadação se dará por intermédio de rede bancária autorizada, sendo vedado o pagamento diretamente a servidores municipais.

Art. 7º A ordem de atendimento do presente Programa será estabelecida levando-se em conta a data da inscrição e o local onde a residência está situada para agrupamento de serviços.





PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 8º O Programa Fossa Limpa é aplicável às unidades de consumo residenciais sendo extensíveis às unidades de consumo comerciais, desde que a limpeza das fossas se limite aos dejetos provenientes do esgotamento sanitário, sendo proibida a limpeza de resíduos, dejetos e efluentes industriais.

Art. 9º Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável, de natureza contábil e financeira, destinado ao custeio das despesas para com o serviço, sob controle contábil e financeiro da Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Sustentável, obedecido o regramento determinado pela Lei Federal n.º 4.320/64 e demais legislações aplicáveis.

Art. 10 O Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável será constituído de:

- I – Tarifa pela utilização das máquinas/equipamentos;
- II – Destinação orçamentária do Tesouro Municipal;
- III – Doações, auxílios e subvenções públicas e privadas;
- IV – Rendas eventuais e diversas;

Art. 16 A movimentação, contabilização e prestação de contas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável serão processadas na forma da Lei Federal n.º 4.320/64, integrando os balancetes financeiros e os balanços gerais do Município.

Art. 17 Poder Executivo regulamentará, caso necessário, mediante decreto, os procedimentos necessários para efetivação desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 495/2007.

Gabinete do Prefeito do Município de Fundão,
em 29 de outubro de 2021.

GILMAR DE SOUZA BORGES
Prefeito do Município de Fundão/ES





PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Fundão (ES), 27 de outubro de 2021.

OF. PMF/TES/Nº 00320/2021

No uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às disposições contidas no Art. 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com vistas à realização de Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro, do projeto de lei 069/2021, informo que o projeto ora apresentado não terá impacto financeiro pois a lei 495/2007 em seu **Artigo 1º** temos que :

Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a realizar despesas visando a contratação de caminhão a vácuo, objetivando a limpeza, o desentupimento de fossas e outros serviços que se fizerem necessários nas residências, cujos beneficiários são pessoas em vulnerabilidade social.

Verifica-se que a lei já existente já prevê a contratação e atendimento as pessoas em vulnerabilidade social.

Informamos ainda que o projeto em tela possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021/22, bem como é compatível com o Plano Plurianual 2018-2021 (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2021/22.

Atenciosamente,


Zamir Gomes Rosalino
Secretario Municipal de Finanças

